

ADVOCACIA DE PROXIMIDADE

DELEGAÇÃO DE BARCELOS

A valorização da advocacia: Que caminhos?

“O Futuro dependerá daquilo que fizermos no presente.”

Mahatma Gandhi.

Nas Convenções anteriores sempre se sublinhou a importância das Delegações na advocacia de proximidade, e inclusive na última Convenção realizada em Almada no ano de 2022, pode ler-se em algumas conclusões aprovadas, nomeadamente nas conclusões 1, 12 e 35 que as Delegações são o veículo primordial de comunicação entre a generalidade dos advogados e os outros órgãos da Ordem, e que são o órgão da Ordem dos Advogados mais próximo dos advogados, e dos cidadãos em geral.

É inegável que as Delegações desempenham um papel fundamental na valorização da advocacia em Portugal, especialmente ao fortalecer a ligação entre advogados e a comunidade. As Delegações são o elo de comunicação e suporte essencial entre a classe e a sociedade, permitindo que os advogados atuem de forma mais próxima dos cidadãos, das instituições locais e dos tribunais. Este papel é fundamental para garantir que a advocacia, enquanto profissão dedicada à defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, seja devidamente reconhecida e respeitada.

A advocacia na era digital: desafios e caminhos para a valorização da profissão.

Na última Conferência que a Delegação de Barcelos organizou, dedicada à “Responsabilidade Civil do Produtor na IA”, a Dra. Ana Cristina Gouveia, jovem advogada da Comarca, destacou de forma brilhante a importância do tema. A sua intervenção deixou claro que evitar a inteligência artificial não é uma opção. Como advogados, muitas vezes tecnofóbicos, reconhecemos que precisamos enfrentar esta realidade. A escolha é clara: ou avançamos para a Advocacia 4.0 ou ficamos presos no Passado 1.0, como

XIII Convenção das Delegações Advocacia de Proximidade



ORDEM dos
ADVOGADOS

Funchal
29 - 30 Nov 24

bem sublinhou o nosso colega Dr. Luís Nuno Perdigão na brilhante conferência “Rumo ao Futuro: inteligência artificial na advocacia”.

Resulta claro que não queremos, nem podemos ficar no Passado 1.0. Deste modo, impulsionados pela intervenção da nossa jovem Colega, pelas conclusões do 9.º Congresso dos Advogados Portugueses (2023), nomeadamente a Conclusão 32: «*Deve a OA discutir o papel do Advogado e quais os desafios que as tecnologias emergentes (ex. ChatGPT, Blockchain, realidade virtual e aumentada, VTOLs) colocam à classe, nomeadamente o que significam estes avanços para a Advocacia e como se vão compatibilizar com as exigências de ética e regulação da profissão*», e da XII Convenção das Delegações (2022), Conclusão 34 «A Ordem dos Advogados deve analisar os impactos dos avanços tecnológicos na profissão, pensando a sua reformulação.» propomos debater os desafios da era digital à advocacia e delinear caminhos para a valorização da nossa profissão no século XXI. Sentimos que urge refletir sobre como podemos aproveitar as potencialidades da tecnologia, sem perder de vista o compromisso ético, e a relação de confiança que são a base da nossa nobre profissão.

O Dr. Eduardo Castro Marques, distinto Colega, em entrevista datada de 26 de maio de 2021 à Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa afirma que o “advogado do futuro” será um profissional multifacetado, tecnologicamente competente, colaborativo e adaptável. Este profissional combinará conhecimentos jurídicos tradicionais com habilidades tecnológicas e de gestão.

A advocacia, profissão secular e pilar da justiça, enfrenta hoje uma transformação sem precedentes. A era digital não só altera a prática do Direito, como também redefine as expectativas da sociedade em relação aos serviços jurídicos. Nós, advogados, deparamo-nos com o desafio de conjugar a tradição com a inovação, mantendo a excelência técnica enquanto desenvolvemos novas competências.

Todos testemunhamos diariamente os desafios e as oportunidades trazidas pela era digital. A nossa responsabilidade é, mais do que nunca, assegurar que os advogados estão bem preparados e capacitados para enfrentar este novo panorama, sem comprometer os valores fundamentais da nossa profissão, e o papel das Delegações nessa parte é essencial.

XIII Convenção das Delegações Advocacia de Proximidade

Funchal
29 - 30 Nov 24



ORDEM dos
ADVOGADOS

Neste cenário de mudança, somos chamados a desenvolver não apenas aptidões tecnológicas, mas também a fortalecer as qualidades intrinsecamente humanas que nos distinguem. A empatia, a inteligência emocional e a capacidade de resolver dilemas morais complexos continuam a ser o cerne da nossa profissão. O "advogado do futuro" será aquele que consegue equilibrar a literacia digital com uma profunda compreensão das necessidades humanas, operando num mercado global onde colegas humanos e digitais coexistem.

O Papel Fundamental da Ordem dos Advogados

A Ordem dos Advogados tem a responsabilidade de zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão. Na era digital, isso implica não só regular o acesso e o exercício da profissão face às novas realidades tecnológicas, mas também promover a formação inicial e permanente dos advogados para que possam utilizar eficazmente as novas ferramentas digitais, sempre em respeito pelos valores e princípios deontológicos.

A Ordem dos Advogados deve assegurar que as inovações tecnológicas sejam adotadas de forma ética e responsável no exercício da advocacia. Isto inclui o exercício do poder disciplinar sobre os advogados, garantindo que a utilização da tecnologia não comprometa os deveres profissionais, como o dever de sigilo, de dar uma opinião conscienciosa e estudar com cuidado e tratar com zelo as questões que lhes são confiadas.

Além disso, a Ordem deve continuar a ser uma voz ativa na defesa dos interesses, direitos e prerrogativas dos seus advogados. No contexto digital, isto pode estender-se à proteção contra práticas desleais de concorrência digital, e à defesa da privacidade e segurança dos dados dos clientes.

Por fim, no seu papel de colaboradora na administração da justiça e no acesso ao direito, a Ordem dos Advogados deve estar na vanguarda das discussões sobre as implicações legais e éticas das novas tecnologias na prática da advocacia, contribuindo assim para o desenvolvimento da cultura jurídica e o aperfeiçoamento do Direito na era digital.

Conclusões:

1. Urge implementar programas regulares e descentralizados de formação e atualização em tecnologias emergentes, como Inteligência Artificial, Blockchain e segurança

XIII Convenção das Delegações Advocacia de Proximidade



ORDEM DOS
ADVOGADOS

Funchal
29 - 30 Nov 24

cibernética, para garantir que os advogados estão sempre preparados para utilizar estas ferramentas de forma eficaz e ética.

2. É necessário desenvolver plataformas digitais que permitam um atendimento mais próximo e eficiente aos cidadãos, facilitando o acesso a serviços jurídicos e a comunicação com advogados, enquanto se mantém a segurança e privacidade dos dados.

3. É necessário desenvolver parcerias com empresas de tecnologia, universidades e outras instituições relevantes, possibilitando o acesso a recursos tecnológicos avançados e promovendo a inovação conjunta.

4. Devem-se estabelecer diretrizes claras e robustas sobre o uso de tecnologia na advocacia, assegurando que todas as práticas estão alinhadas com os mais altos padrões éticos e deontológicos.

5. Dever-se-á implementar campanhas de sensibilização junto do público e das instituições sobre a importância da advocacia na era digital e os benefícios de utilizar serviços jurídicos tecnologicamente atualizados.

A Delegação de Barcelos da Ordem dos Advogados